

Teleconferência em 8 de julho de 2009

ATA 65

De: Cecilia Gabutti

Para: Membros do Comitê Executivo

Indústria - representantes presentes: Guillermo Prone (ACSOJA), Daniel Furlan e Fábio Trigueirinho (Abiove), Jan Kees Vis (Unilever), Christopher Wells (Banco Real) - vota em nome de Caio Magri do Ethos, Jan Nicolai (Nutreco)

Sociedade Civil - representantes presentes: Jeroen Douglas (Solidaridad), Yan Speranza (Fundación Moisés Bertoni), Ashis Mondal (ASA) enviou voto positivo por e-mail

Representantes dos Produtores: Álvaro Dilli (SCL Agrícola); Guillermo Terol (DAP)

Representantes da Secretaria da RTRS presentes: Miguel Hernández, Cecilia Gabutti

1. Algumas Considerações

- Cecilia enviará um e-mail alguns minutos antes do início da teleconferência com os números telefônicos e o PIN de acesso à conferência.
- A minuta da ata da teleconferência deve estar pronta em um prazo mínimo após a realização da mesma e ser enviada o quanto antes.

2. Plano Operacional Anual

Jeroen dá uma explicação sobre a carta de orientação e os pontos a serem votados e tratados. São necessárias orientações claras para começar os testes de campo.

1. Aprovação dos testes de campo, IN, Grupos Técnicos de trabalho;
2. Aprovação da contratação de um auditor interno
3. Aprovação da convocatória a licitação de um sistema de rastreabilidade;
4. Aprovação da convocatória a licitação para identificação de áreas AVC;
5. Aprovação do desenvolvimento de uma plataforma para o desenvolvimento de uma ferramenta de PSA;
6. Aprovação da contratação de uma pessoa de ligação na Europa;
7. Aprovação das datas propostas para a RT5 e a AG 2010;
8. Aprovação do orçamento geral.

Jan Nicolai sugere que levemos em consideração que a decisão a ser tomada agora tem de ser compatível com a próxima etapa para a RTRS; devemos levar isso em consideração na próxima reunião do CE; dar maior clareza a certos assuntos; esclarecer qual o trabalho realizado pelo pessoal interno e qual o trabalho terceirizado, a busca de recursos, entre outras questões.

2.1 Testes de campo, incluindo Grupos Técnicos Nacionais (GTN), um Grupo Técnico Internacional (GTI) e a elaboração de guias de interpretação nacional (IN).

Serão criados pequenos grupos técnicos nacionais, nomeando-se um líder de cada grupo, que se reportará ao grupo técnico internacional e trabalhará na elaboração da IN e na coleta de dados dos testes de campo.

É importante resolver estes pontos, em razão de as atividades já terem iniciado em certos testes de campo, tais como na Índia, e da necessidade de começar a buscar recursos.

Fábio sugere que os testes estejam abertos a todos os produtores que desejem implementar o padrão - para termos uma amostra representativa -, visando à inclusão de todos os tipos de produtores e não somente os produtores mencionados no anexo 3. Também sugere fazer boa difusão, com vistas a levar a informação ao conhecimento de todos os produtores interessados em participar dos testes.

Miguel explica que os nomes no anexo 3 são exemplos de produtores que se ofereceram voluntariamente a participar dos testes e que não se trata de uma lista fechada.

Faz-se o esclarecimento de que poderia haver um impacto no orçamento conforme o número de produtores que participem dos testes de campo.

Jan Kees Vis propõe mudar o atual título do anexo 3, “países e produtores que se ofereceram voluntariamente para participar dos testes de campo até o momento”, e Fábio pode enviar seus comentários para o Miguel.

Jan Kees acha que talvez sejam necessários mais recursos para as atividades relacionadas aos testes de campo, em função de estarem entre as mais importantes atividades.

Coordenador do GTI

Espera-se uma convocatória à licitação para a Coordenação do GTI, uma convocatória aberta. Proforest é candidata. No entanto, deveríamos enviar um e-mail aos membros do comitê descrevendo o que gostaríamos de incluir nos requisitos para posterior apresentação de candidatos, sejam eles organizações ou consultores que atendam ao perfil exigido pela RTRS para tal função.

Aqueles que desejem enviar indicações poderão entrar em contato com o Miguel e enviar posteriormente os respectivos currículos. Caso seja necessário, Miguel poderá consultar os membros do Comitê.

A RSPO não contratou um coordenador para esta função, mas preparou para os grupos nacionais termos de referência sobre o processo de IN. Jan Kees destaca a importância central de se verificar se as Interpretações Nacionais não contradizem de forma alguma os P&C genéricos ou as orientações genéricas da RTRS, e, no demais, de criar grupos nacionais com real expertise.

A Secretaria deve encontrar pessoas adequadas para participar destes grupos.

Round Table on Responsible Soy Association

Guillermo Prone propõe integrar Comitê de Seleção. Embora a sua sugestão foi discutido, foi finalmente decidido que a comissão esta integrada por Chris, Carlo, Jeroen e Guillermo Terol.

Para fazer a seleção de membros dos grupos nacionais e do grupo internacional, a Secretaria convidará os antigos membros do GD e fará uma convocatória aberta. A Secretaria receberá os currículos dos candidatos e realizará uma pré-seleção dos mesmos para posterior encaminhamento ao Comitê de Seleção (Chris, Carlo, Jeroen e Guillermo Terol) e uma definição. O grupo será composto por, no máximo, 8 participantes. Cada GTN deve nomear um líder do grupo.

Ponto aprovado.

Conclusões:

- Mudar o título do anexo 3
- Pedir aos membros do CE para recomendar consultores ou instituições para a função de Coordenador Técnico Internacional
- Realizar uma convocatória aberta para composição dos GTN, convidando os membros do GD e novos eventuais candidatos. A Secretaria fará uma pré-seleção dos currículos, com base na expertise apresentada nos mesmos, e encaminhará a lista final de candidatos pré-selecionados ao Comitê de Seleção (Chris, Carlos, Jeroen e Guillermo Terol) para a seleção final dos membros. Cada grupo nomeará o líder do grupo.

2.2 Sistema de certificação e auditor interno para apoiar atividades relacionadas ao sistema de certificação.

Jeroen pede uma descrição do papel do auditor.

Miguel explica qual a função, esclarecendo que é um trabalho de tempo integral para auditores com experiência do FSC ou da RSPO. A pessoa terá de morar na Argentina e deverá fornecer as linhas técnicas norteadoras aos produtores. É provável que ela tenha de viajar e trabalhar em estreita colaboração com o coordenador do GTI.

Precisamos de alguém com experiência na área de auditorias de certificação e por isso a chamamos de auditor. Resolve-se que o cargo terá o título de “Agente de Apoio ao Sistema de Certificação”. A contratação será feita com um contrato de 1 ano de trabalho, e no final deste período haverá uma revisão do desempenho.

Ponto aprovado.

Conclusão:

- Para o sistema de certificação, um Agente de Apoio será contratado, com um contrato de um ano, e a pessoa em questão deverá ter experiência na área de auditorias de certificação, mais especificamente do FSC ou da RSPO.

2.3 Sistema de Rastreabilidade

Precisamos encontrar pessoas especializadas nesta área; convidar todos os interessados; e realizar uma convocatória aberta. Os candidatos terão de apresentar um plano de trabalho.

Se aprovarmos este ponto, começaremos a convidar os especialistas a nos apresentarem um plano de trabalho para discussão durante a reunião em outubro.

Miguel explica que a ideia seria criar um sistema para medição da produção e comercialização de soja, ou seja, um sistema de rastreabilidade, de países produtores para países compradores.

Jan Nicolai menciona que antes de falar sobre um sistema de rastreabilidade, temos de pensar sobre a certificação do sistema em si, antes de falar de um sistema de rastreabilidade.

Poderíamos convidar especialistas da cadeia de fornecimento a dar sua opinião sobre esta questão e contribuições relevantes. Como seria o sistema de certificação em primeiro lugar e posteriormente o sistema de rastreabilidade.

É necessário definir várias questões, tais como a unidade de certificação, a fim de saber qual o alcance potencial do sistema de rastreabilidade.

Podemos entrar em contato com a IDH e pedir sua ajuda na organização destas ideias, e podemos discuti-las no Uruguai.

Fábio propõe mudar o nome. Sugere-se colocar “Sistema de Cadeia de Fornecimento”. Realizar uma convocatória aberta. E pedir à IDH que analise de modo geral como o sistema deve ser organizado.

É possível que seja preciso mais um dia de reunião no Uruguai para discussão destes documentos.

Para tal fim, sugere-se ter um documento que descreva os seguintes pontos:

- 1- O resultado desejado
- 2- As opções físicas na cadeia de fornecimento da soja.
- 3- Como será feita a implementação
- 4- Como será feita a verificação

Miguel pergunta se a cadeia de fornecimento e comercialização deve estar relacionada com o Pilar 2 para a geração de recursos para ajudar aos produtores.

Estabelecer um mecanismo de financiamento dentro do sistema da cadeia de fornecimento – isto pode ser incluído no documento técnico para discussão no Uruguai.

Conclusões:

- **Trocar a palavra rastreabilidade por cadeia de fornecimento**
- **Fazer uma convocatória aberta e convidar de forma ativa pessoas disponíveis que tenham experiência nesta área.**
O agente do sistema de certificação da RTRS, com a colaboração da IDH, deve preparar um documento técnico com orientações sobre este ponto.
- **Incluir no documento técnico a possibilidade de criar um mecanismo de financiamento dentro do sistema de fornecimento e comercialização da soja.**

Miguel explica que a ideia é desenvolver uma ferramenta para identificar estas áreas nas unidades dos produtores e não que a RTRS comece a mapear áreas para identificar áreas de AVC em diferentes partes do mundo.

Vamos pedir a uma organização para desenvolver a ferramenta, a fim de atender ao ponto 4.4 do documento de P&C.

O que podemos fazer até outubro? Já teremos ideias concretas sobre a ferramenta ou a organização que irá desenvolvê-la?

Em termos ideais, seria bom já ter a ferramenta, embora com certeza não haja tempo suficiente para encontrar a organização que exercerá esse trabalho.

Surge uma pergunta sobre como seria a ferramenta. Miguel explica que, neste caso, haveria que desenvolver um mecanismo objetivo para a identificação das áreas, o que é de suma importância para o atendimento do ponto 4.4.

Guillermo Terol explica que no ponto 4.4 há 2 aspectos, o primeiro se refere ao desmatamento e o segundo à necessidade de se provar que não há produção em áreas de alto valor de conservação. Neste período de testes, é necessário provar que os produtores não estão em áreas de AVC.

Chris acredita que, se criarmos uma ferramenta, voltaremos ao ponto de partida, e a Proforest já desenvolveu algumas ferramentas, mas é preciso ter mapeamentos destas áreas de AVC.

Há certa dificuldade em entender o que é uma ferramenta de identificação.

Jan Kees acha que há ferramentas disponíveis e o objetivo não é que cada produtor tenha de fazer sua própria identificação de áreas de ACV. Jan Kees tem de deixar a conferência, mas solicita uma revisão dos números do orçamento por considerar que existem discrepâncias nos números.

Chris explica as 2 opções referentes às áreas de AVC:

- 1- Criação de um documento com certas perguntas que podem ser utilizadas por um auditor para determinar se uma propriedade específica tem ou não áreas de AVC
- 2- Pedir a um grupo de ONGs ou outras organizações mapas que identifiquem as áreas de AVC.

Chris sugere que a IUCN talvez possa oferecer mapas antes da reunião de outubro, que talvez seja possível obter recursos não necessariamente da RTRS e apresentar um mapa detalhado em outubro, deixando para mais tarde a decisão de se gostamos ou não do mapa. Esta seria a segunda opção.

Talvez fosse melhor não fazer uma relação estreita entre os testes de campo e a questão específica das áreas de AVC.

A pergunta que devemos fazer, no caso de ser produtor, é se estou em uma área de AVC. E o que temos de fazer é procurar saber a resposta.

Como devemos agir durante os testes de campo em relação a esta questão?

Jeroen sugere que este ponto esteja relacionado com o PSA. A primeira pergunta seria, no caso de um produtor que deseje ampliar suas operações, saber se estou em uma área de AVC. E a outra pergunta seria se vou receber algum tipo de compensação pela não-utilização da terra..

Por tal motivo, devemos combinar os pontos 4 e 5.

Round Table on Responsible Soy Association

Entretanto, isto talvez complique muito a situação e a pergunta fundamental é a primeira, se tenho ou não uma área de AVC.

Fábio considera que a principal pergunta é como definir o conceito de área de AVC. Se não sabemos isto, como podemos fazer uma medição?

Além disso, não podemos não compensar os produtores pelo não uso de sua terra.

Portanto, voltamos para as 2 opções anteriores.

Chris sugere pedir a organizações (ONGs no Brasil, na Argentina) para propor mapas nos quais estejam identificadas áreas de AVC – para consideração em outubro.

Talvez perguntar ao Cássio do WWF.

As perguntas agora seriam: queremos contratar um especialista para nos ajudar a elaborar um esquema regulatório? Achamos que o ICV e a IUCN têm suficiente experiência?

Fábio acredita que deveríamos contratar um especialista na área para ter uma ideia clara do conceito.

Nos Termos de Referência, devemos considerar quem nos pode dar estes conhecimentos e aprovar o anexo 5. Chris pede ao Miguel para escrever termos de referência mais detalhados e de forma simples e enviá-los para Chris, Fábio, Yan e Cássio para receber comentários. Os termos devem incluir ambas as opções, a ferramenta e o mapeamento de áreas.

Perguntamos se os membros estão de acordo com as áreas apresentadas nos Termos de Referência? Fábio sugere fazer a pergunta em relação a todos os países nos quais a RTRS participa e não somente nas áreas apresentadas nos Termos de Referência. A Abiove não concorda com estas áreas somente.

Chris pergunta se, para a busca de recursos, não seria mais fácil começar com certas áreas específicas. Porém, Fábio discorda em incluir somente a América Latina, também devemos incluir os EUA, a Índia, China, especialmente os lugares onde estamos realizando os testes de campo.

Perguntaremos às organizações para prestar estes serviços e ver posteriormente qual o custo.

Ponto aprovado.

Conclusões:

- **Escrever termos de referência mais detalhados para encontrar organizações ou especialistas que possam preparar uma proposta referente às áreas de AVC, a fim de ver se os mesmos podem prestar estes serviços. As 2 opções devem ser incluídas: a elaboração de uma ferramenta ou o mapeamento de áreas para a identificação das áreas de AVC.**
- **Estes termos de referência devem ser enviados para Chris, Cássio, Yan e Fábio para comentários.**

2.5 Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Round Table on Responsible Soy Association

A ideia é desenvolver, ainda, esta plataforma com especialistas que possam nos oferecer mais informações sobre o assunto.

É necessário contratar um consultor externo que nos explique como devemos desenvolver esta ferramenta. Há recursos designados para a contratação deste consultor.

Fábio diz que não tem experiência no assunto e que talvez Yan possa ajudar, e pede um aumento dos recursos para o PSA.

Miguel esclarece que os 20.000 euros do orçamento são para este ano. Miguel explica que há um total para este item de 45.000 euros designados para 2009 e 2010.

Até outubro precisamos de uma proposta sobre como desenvolver uma ferramenta ou uma plataforma de pagamento por serviços ambientais e com esses recursos devemos buscar especialistas para ajudar na criação da ferramenta.

Pergunta-se a Yan se ele pode recomendar alguém para realizar o trabalho.

Jeroen sugere que Jan, Fábio e Carlo mantenham contato, a fim de trabalhar mais minuciosamente em torno deste ponto e propor algumas ideias.

É importante obter informações até outubro para continuar fazendo progresso neste sentido. Talvez seja possível receber mais informações até a próxima teleconferência, que terá lugar antes da reunião de outubro.

Conclusões:

- **Yan, Carlo e Fábio manterão contato propondo algumas ideias mais claras sobre este ponto para a próxima teleconferência.**

2.6 Contratação de Agente de Ligação em Bruxelas

Consideramos importante ter um agente de ligação, em função da possibilidade de aumentar o número de doadores e criar e melhorar o desempenho de membros da indústria na Europa. Trata-se de uma decisão estratégica para envolver maior número de governos europeus em torno da iniciativa e atividades da RTRS.

Ponto aprovado.

2.7 Datas para a RT5 e a AG 2010.

Há uma proposta de realizar a RT5 e a AG em novembro de 2010.

Miguel explica que, para concluir todas as atividades propostas, temos de passar a data mais para o final do ano. No caso de haver uma insistência em realizar os eventos antes, será necessário indicar qual a parte do trabalho que não foi finalizada.

Chris pergunta se existe algo no regulamento sobre a questão que requeira que a Assembleia seja em maio/junho? Miguel não lembra.

Jeroen comenta que, se formos adiante com esta proposta, ele não entende bem como faremos com a aprovação dos P&C, que são válidos somente por um ano.

Neste caso, teremos de obter a aprovação dos P&C antes do início do ano agrícola, especialmente na América do Sul.

Chris explica que Miguel precisa de tempo para coletar informações.

Round Table on Responsible Soy Association

Surge a pergunta de porque se optou por um período de validade de um ano para os P&C. Deveria ter sido por 2 anos.

Jeroen acha necessário que a versão 2.0 seja certificável antes do começo do ano agrícola de 2010 na América do Sul.

Guillermo Prone concorda com passar os eventos para novembro.

Guillermo Terol e Fábio acham que deveríamos tentar concluir o processo em 12 meses.

Miguel lembra que essa data de novembro foi escolhida em razão do grande número de atividades a serem realizadas após a coleta de informações dos testes, reuniões do GTI, traduções, envio de informação aos membros no mínimo 20 dias antes da Assembleia.

Jeroen pergunta se alguém gostaria de fazer comentários sobre a mudança da data de junho para novembro. Jeroen está preocupado pela contradição com os 12 meses de validade dos P&C.

Jan Nicolai acha que não devemos passá-la para novembro para evitar uma contradição com os 12 meses de validade dos P&C.

Jeroen dá uma explicação em espanhol a Guillermo Prone, e Guillermo P. diz que terminaremos de coletar as informações em junho, e que haverá pouco tempo para processar as informações. Não teremos tempo para reproduzir um novo documento.

Jeroen pensa que poderíamos concluir o documento antes dessa data se fizéssemos um grande esforço. Chris é flexível em relação à adoção de qualquer das 2 datas.

Jeroen pergunta se alguém discorda em passar a RT5 e a AG para junho.

Não há oposição.

A RT5 e a AG serão realizadas entre fins de maio e o começo de junho.

É preciso mudar a data no quadro de atividades, o documento terá de estar pronto até o dia 15 de maio ao mais tardar para sua posterior aprovação em junho pela AG.

Conclusões:

- Mudar as datas da RT5 e da AG para junho

2.8 Aprovação do Orçamento em geral

Considerar o pedido de Jan Kees. Chris sugere analisar certos aspectos em maior detalhe com Miguel.

Teremos de estabelecer um orçamento para as áreas de AVC, a ser tratado separadamente. O assunto será discutido novamente na próxima teleconferência.

No tocante ao PSA, esperaremos o resultado da conversa entre Yan e a Abiove.

O orçamento é aprovado.

Conclusões:

- Revisão efetiva do orçamento, visando coerência com os valores designados no resto do documento
- Excluir o referente às áreas de AVC que será tratado independentemente dos testes de campo

3. Espaço Aberto

Este documento com tais modificações será enviado ao Ministério na Holanda para solicitação de recursos financeiros. Este será o documento a ser utilizado para a busca de recursos.

Jeroen propõe realizar uma reunião de 3 dias no Uruguai ao invés dos 2 dias programados (6 e 7 de outubro) quando do encontro em Campinas.

Cecilia enviará o doodle para:

- **Agendar a próxima teleconferência para os primeiros dias de setembro**
- **Agendar o dia adicional para o encontro físico em outubro**

4. Lista de Assuntos Pendentes

Nº	Atividades	Quem	Quando
1	Enviar um e-mail antes de cada teleconferência com o respectivo número telefônico	Cecilia	Em cada teleconferência
2	Tentar enviar as atas o quanto antes após cada teleconferência	Cecilia	Depois de cada teleconferência
3	Mudar título do anexo 3	Cecilia	O quanto antes
4	Pedir aos membros do CE para recomendar possíveis candidatos para a função de coordenador do GTI	Miguel	O quanto antes
5	Realizar uma convocatória pública para a seleção de membros do GTN	Cecilia	O quanto antes
6	Preparação de um documento técnico para discussão mais detalhada do sistema de cadeia de fornecimento em outubro	IDH, Jan Nicolai, agente de certificação da RTRS	Antes de outubro
7	Elaborar termos de referência mais detalhados e enviar para Yan, Cássio, Chris e Fábio para comentários	Secretaria	O quanto antes
8	Reunião para discutir ideias com vistas a melhorar o documento de PSA	Yan, Fábio e Carlo	Antes da conferência em setembro
9	Enviar o doodle para agendar a próxima teleconferência e o dia adicional no Uruguai	Cecilia	O quanto antes



Round Table on Responsible Soy Association
